



PARECER JURÍDICO

EMENTA: PROCESSO LICITATÓRIO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA REALIZAR REPARO EM POÇO ARTESIANO RESPONSÁVEL PELO ABASTECIMENTO DA COMUNIDADE DA LINHA CAMPINA DO GREGÓRIO. NECESSIDADE EMERGENCIAL. POSSIBILIDADE JURÍDICA.

1 - SÍNTESE

Trata-se de pedido de análise jurídica do procedimento administrativo de dispensa de licitação para contratação de empresa para realizar reparos em quadro de comando do poço artesiano de onde é extraída água potável para o abastecimento da comunidade de Linha Campina do Gregório.

O processo está devidamente instruído solicitação e justificativa, orçamentos e documentação inerente à espécie.

É o relatório.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

Com efeito, o fornecimento de água é serviço essencial que não pode ser interrompido sob pena de consequências graves e irreparáveis.

No caso concreto, considerando a ocorrência de falha/defeito no quadro de comando do poço artesiano responsável pelo abastecimento da comunidade de Linha Campina do Gregório, ocorreu a interrupção e fornecimento de água para aquela localidade, inclusive, ocasionando a necessidade de transporte de água potável através de caminhão pipa.

Desta forma, considerando a necessidade de fornecimento de água potável como bem essencial à vida e à saúde, bem como a menor onerosidade do fornecimento de água do poço artesiano quando comparada ao transporte com caminhões, tem-se por comprovados os requisitos para a dispensa de licitação.

A emergência está relacionada a assegurar o respeito às garantias fundamentais, mormente em relação à saúde, corolário do direito à vida.

Não se pode deixar de citar que a Constituição Federal assegura o direito à água, que é essencial à vida e indispensável à saúde. Desta forma, observa-se que a Administração busca com esta contratação propiciar o fornecimento de água, a fim de atender as necessidades primordiais dos munícipes, uma vez que é indispensável à vida.

O legislador pátrio entendeu, conforme disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988 que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante procedimento licitatório público, vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica





indispensáveis a garantia do cumprimento das obrigações.

Como se vê, o Legislador ressaltou as hipóteses em que o Processo Licitatório, por diversas razões poderia não se mostrar viável, ou seja, o próprio texto constitucional abre a possibilidade de a Lei Ordinária fixar hipóteses para estabelecer exceções a regra de licitar.

As exceções acima mencionadas estão contempladas nos artigos 24 e 25 da Lei Federal nº. 8.666/93.

Como se nota, o caso em comento se trata de uma das hipóteses taxativamente previstas no corpo da Lei de Licitações (Lei Federal nº. 8.666/93), conforme dispõe o Art. 24, inciso IV, da citada lei, vejamos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Consoante o Professor Manuel Justen Filho, para a caracterização dessa hipótese de dispensa de licitação é necessário o preenchimento de dois requisitos, quais sejam, a demonstração concreta

e efetiva da potencialidade do dano e a demonstração de que a contratação é a via adequada e efetiva para eliminar o risco.

Nesse sentido, o entendimento do escritor Niebuhr¹ (2003):

A propósito, a redação dada ao inciso em comento é bastante clara ao autorizar a dispensa nos casos de emergência ou calamidade, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança das pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares. Dessa sorte, o que sobreleva na redação do inciso não é simplesmente a emergência ou a calamidade pública, mas a situação de urgência por elas provocada, que requerem a contratação imediata de determinado objeto, sem o qual o interesse público seria desatendido.

O Tribunal de Contas da União tem mantido o posicionamento de que é cabível a dispensa de licitação:

"(...) A urgência de atendimento para a dispensa de licitação é aquela qualificada pelo risco da ocorrência de prejuízo ou comprometimento da segurança de pessoas, obras e serviços, equipamentos ou outros bens públicos e particulares, caso as medidas requeridas não sejam adotadas de pronto." (TCU. Processo nº 009.248/94-3. Decisão nº 347/1994 - Plenário e TCU - Processo nº 500.296 / 96-0. Decisão nº 820 / 1996- Plenário)".

Ainda, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, configurado o risco para pessoas, obras, serviços, bens e equipamentos públicos ou particulares, admite-se a contratação direta emergencial, vejamos:

¹ (NIEBUHR, Joel de Menezes. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública*. São Paulo: Dialética, 2003. p. 277).





"REPRESENTAÇÃO DE UNIDADE TECNICA. CONTRATAÇÃO FUNDAMENTADA EM SITUAÇÃO EMERGENCIAL. CONHECIMENTO. IMPROCEDENCIA.

1. A situação prevista no art. 24 IV, da Lei n 8.666/93 não distingue a emergência real, resultante do imprevisível, daquela resultante da incúria ou inércia administrativa, sendo cabível, em ambas as hipóteses, a contratação direta, desde que devidamente caracterizada a urgência de atendimento a situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares. 2. A incúria ou inércia administrativa caracteriza-se em relação ao comportamento individual de determinado agente público, não sendo possível falar-se da existência de tais situações de forma genérica, sem individualização de culpas." (TCU, TC 006.399/2008-2, Acórdão nº 1138/2011, Relator Min. UBIRATAN AGUIAR, Plenário, julgado em 04.05.2011)."

Por derradeiro, convém ainda observar que o valor orçado para os reparos amolda-se ao limite previsto no art. 24, II, da Lei n. 8.666/93 que assim dispõe:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Assim, coadunando os fatos com as razões de direito acima estampadas, e demonstrada a necessidade emergencial para o atendimento imediato à comunidade, ante a situação grave de desabastecimento em razão dos danos no quadro de comando da bomba



instalada no poço artesiano, possível e recomendável a adoção do procedimento emergencial para regularização do abastecimento de água potável.

Ademais, a demora na contratação representa severo risco de comprometimento de valores tutelados pelo ordenamento jurídico, em especial aos princípios constitucionais, bem como prejuízo ao desempenho da atividade produtiva no âmbito municipal.

3 - CONCLUSÃO

Ante o exposto, verifica-se que estão presentes os aspectos formais e legais, razão pela qual, esta Assessoria Jurídica opina pelo prosseguimento do feito, devendo ser providenciado a ratificação e a respectiva publicação do processo na imprensa oficial, dentro do prazo legal, nos termos do artigo 26 da Lei Federal n. 8.666/93.

Salienta-se, por derradeiro, que a presente manifestação possui natureza estritamente jurídica/consultiva, não tendo o condão de cancelar opções técnicas adotadas pela Administração, nem de emitir juízo de conveniência e oportunidade.

Cordilheira Alta/ SC, 18 de Maio de 2022.

Clériston Valentini
Procurador Geral do Município